



Fundação Algarvia
de Desenvolvimento Social

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

*Aprovado por unanimidade.
Em 30/11/2015
O Presidente do*
[Signature]

PLANO DE ATIVIDADES

E ORÇAMENTO

2016



Faro, 30 de novembro de 2015

[Signature]

ÍNDICE:

1. PLANO DE ATIVIDADES PARA 2016	3
1.1. Introdução	3
1.2. Linhas de Orientação Estratégica	4
1.3. Respostas Sociais Atuais	5
1.3.1. Educação	5
1.3.2. Saúde	5
1.4. Respostas Sociais Futuras	7
1.4.1. UCCI de Monchique	7
1.4.2. Projetos Futuros	7
1.5. Investimentos e Manutenção de Imóveis	7
1.6. Atividades Culturais	8
1.7. Marketing	8
1.8. Fornecedores	9
1.9. Recursos Humanos	9
1.10. Área Financeira, Administrativa e Sistemas de Informação	10
2. ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2016	12
2.1. Princípios Orientadores	12
2.2. Pressupostos	12
2.1.1. Rendimentos	12
a) Prestações de Serviços	12
b) Subsídios, doações e legados à exploração	13
2.1.2. Gastos	14
a) Consumo de Géneros Alimentares	14
b) Fornecimentos e Serviços Externos	14
c) Gastos com Pessoal	14
d) Depreciações	15
e) Gastos Financeiros	15
2.3. Demonstração dos Resultados Previsional para 2016	16
3. PARECER DO CONSELHO FISCAL	17



1. Plano de Atividades para 2016

1.1. Introdução

Nos termos da lei e de acordo com o estabelecido nos estatutos da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social (FADS), vem a Administração submeter à apreciação do Conselho de Fundadores o Plano de Atividades e Orçamento referentes ao ano de 2016.

Segundo o Banco de Portugal, boletim económico de 2015, as projeções para a economia portuguesa apontam para um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,7 por cento em 2015, valor ligeiramente superior ao projetado para a área do euro. O maior crescimento do PIB em 2015 deverá refletir um contributo mais elevado da procura interna e uma aceleração das exportações. De acordo com as atuais projeções, o PIB deverá manter a trajetória ascendente iniciada em meados de 2013, registando em 2015 uma aceleração de 0,8 p.p. face ao ano anterior. As projeções para a economia portuguesa apontam para um crescimento do PIB de 1,9 por cento em 2016 e 2,0 por cento em 2017.

O consumo privado deverá registar um crescimento de 2,6 por cento em 2015, mantendo o perfil ascendente iniciado no final de 2013. Os preços no consumidor, medidos pelo Índice Harmonizado dos Preços no Consumidor (IHPC), deverão aumentar 0,5 por cento em 2015, após uma diminuição de 0,2 por cento em 2014. A aceleração dos preços da componente não energética, embora relativamente generalizada, é explicada em grande medida pelo aumento dos preços dos bens alimentares processados, refletindo um efeito de base associado à queda observada no ano anterior

Fonte: Projeções Económicas do Banco Portugal

		Data da projeção	2014	2015 (p)	2016 (p)	2017 (p)
PIB	Portugal	07-10-2015	0,9	1,7	1,9	2,0
	Área Euro	03-09-2015	0,9	1,4 [1,3;1,5]	1,7 [0,8;2,6]	1,8 [0,6;3,0]
Índice harmonizado de preços no consumidor	Portugal	07-10-2015	-0,2	0,5	1,2	1,3
	Área Euro	03-09-2015	0,4	0,1 [0,0;0,2]	1,1 [0,5;1,7]	1,7 [0,9;2,5]

Tabela n.º 1 - Resumo das projeções económicas

Antecipa-se um ano de 2016 condicionado pela, ainda, difícil situação económica e financeira que o país atravessa. As perspetivas da sua evolução futura determinam, necessariamente, que o futuro seja visto com grande preocupação.



É neste contexto que iremos conceber o plano de atividades para o ano de 2016. Encaramos o próximo ano com muita prudência, quer nos atos de investimento a praticar, quer na gestão corrente.

1.2. Linhas de Orientação Estratégica

Durante o ano de 2015 foram dados os primeiros passos para a constituição de um Conselho Pedagógico. Pretende-se que o mesmo seja constituído em 2016 de forma a ajudar a FADS na definição da sua política educativa futura.

Seguindo a política de anos anteriores, teremos como objetivo o estudo de todos os apoios que sejam promovidos pela segurança social, ministério da educação, ministério da saúde e outras instituições, no intuito de modernizar as atuais valências e diversificar a nossa atividade.

Pretendemos continuar a efetuar contactos com diversas entidades, empresariais ou outras, no intuito de conseguir obter apoios necessários ao funcionamento da instituição, pois a sobrevivência de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) depende, em larga escala, da existência de donativos efetuados por outras instituições e/ou particulares.

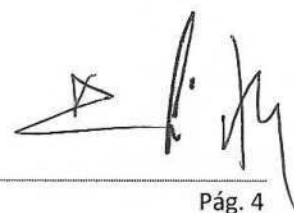
Durante o ano de 2016, tal como em anos anteriores, podemos beneficiar da consignação de 0.5% do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares.

Tendo em conta as recomendações da Segurança Social, inscritas nos manuais da qualidade, continuamos a promover a implementação do processo de gestão da qualidade, de forma a dar resposta às exigências e a preparar uma futura certificação da instituição.

A nova orientação estratégica passará ainda pela aposta de prestação de serviços na área da formação profissional. Durante o ano de 2015, foi constituída uma equipa de trabalho para preparar a acreditação da FADS enquanto entidade formadora. Esperamos concluir este processo até ao final de 2015 ou início de 2016.

É nosso objetivo estratégico dar maior notoriedade à FADS, no sentido da intervenção da instituição obedecer a princípios e condutas que dignifiquem o seu prestígio e a imagem externa. Dessa forma, pretendemos atualizar o site, acentuar a nossa presença nas redes sociais e organizar e marcar presença num conjunto de eventos.

Será executado um controlo de gestão por atividade, de forma a manter o equilíbrio económico e financeiro em todas as valências e eleger os projetos que devem libertar meios para reinvestimentos. Só assim será possível melhorar a sustentabilidade da FADS.



1.3. Respostas Sociais Atuais

1.3.1. Educação

Atualmente temos a responsabilidade de gerir 7 equipamentos sociais, repartidos por Faro e Olhão, dando resposta às necessidades de 497 utentes, empregando 94 funcionários.

O ano letivo de 2015/2016, tal como em anos anteriores, apresenta lotação completa, com exceção de uma sala do Jardim de Infância do Montenegro que iniciou a exploração em Setembro de 2015. Para o próximo ano letivo consideramos lotação completa em todas as valências.

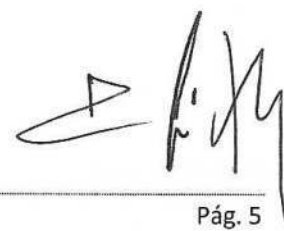
No que diz respeito aos valores das mensalidades, da responsabilidade dos utentes, verificou-se um aumento de 4.5% face ao ano letivo anterior, em que tinha ocorrido uma diminuição de 11%, face ao período homólogo.

O ATL irá funcionar em regime de extensões de horário e interrupções letivas sem almoço. Este novo regime de comparticipação implica alterações significativas no funcionamento do ATL, pois representa uma diminuição de um terço no valor comparticipado pela Segurança Social. As alterações da comparticipação implicam uma redução da estrutura de pessoal e de outros gastos de funcionamento.

A Administração estará atenta à conjuntura que envolve o ATL sabendo que será necessário repensar o futuro desta valência. A transformação do equipamento num outro tipo de resposta social será certamente objeto de reflexão pela atual Administração.

1.3.2. Saúde

A exploração da UCCI Milreu iniciou-se no dia 7 de outubro de 2013 com um contrato de comparticipação de 40 camas. Em Agosto de 2015 foram protocoladas as restantes 7 camas passando a UCCI a ter 47 camas comparticipadas. Até Outubro de 2015 verificou-se uma ocupação média de 94.8%, acima do limiar mínimo dos 85%, obrigatório para receber os apoios a 100%.



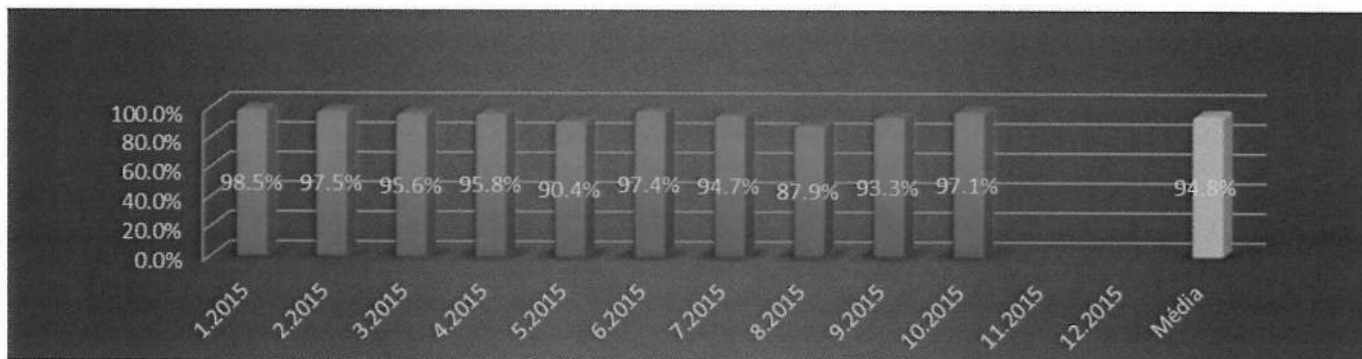


Tabela n.º 2 – Evolução da ocupação da UCCI Milreu

A Portaria n.º 220/2011 de 1 de Junho fixa os preços dos cuidados de saúde e de apoio social prestados nas unidades de internamento e ambulatório da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI). Desde que se iniciou a exploração, em 2013, os valores de comparticipação unitária não foram alvo de qualquer aumento. Recuando a 2009, ano em que apresentamos a candidatura ao Programa Modelar e foram efetuados os estudos de viabilidade económica, os preços aumentaram apenas 1%. Tal facto causa elevadas dificuldades na gestão deste equipamento social. Durante o próximo ano é imperativo renegociar o passivo bancário associado à construção da UCCI.

Tabela de Preços RNCCI	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Encargos com os cuidados de saúde	18.39	18.39	18.61	18.61	18.61	18.61	18.61
Encargos com medicamentos	10.00	10.00	10.00	10.00	10.00	10.00	10.00
Encargos com os cuidados de apoio social	29.98	29.98	30.34	30.34	30.34	30.34	30.34
Encargos com utilização de Fraldas	1.24	1.24	1.24	1.24	1.24	1.24	1.24
Valor diário a receber por utente	59.61	59.61	60.19	60.19	60.19	60.19	60.19
Taxa de Crescimento	6.45%	0.00%	0.97%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%

Tabela n.º 3 – Evolução da tabela de preços da RNCCI

A UCCI Milreu pretende prestar os seguintes cuidados e serviços:

- Cuidados de enfermagem diários;
- Cuidados médicos;
- Prescrição e administração de fármacos;
- Apoio psicossocial;
- Controlo fisiátrico periódico;
- Cuidados de fisioterapia, de terapia ocupacional e da fala;
- Animação sociocultural;
- Higiene, conforto e alimentação;
- Apoio no desempenho das atividades de vida diária;
- Apoio nas atividades instrumentais de vida diária;

Continuaremos a acompanhar e melhorar as seguintes temáticas:

- Regulamento interno;
- Guia de acolhimento;
- Manual de procedimentos;
- Gestão da qualidade;
- Preparação de plano de formação interno;
- Acordos diversos (farmácias, alimentação, consumíveis, ambulâncias, etc.)

1.4. Respostas Sociais Futuras

1.4.1. UCCI de Monchique

A construção da UCCI de Monchique foi suspensa após despacho do gabinete do Secretário de Estado da Saúde. O Financiamento do estado foi suspenso para todas as unidades que ainda não tinham iniciado a construção. Sem o financiamento a fundo perdido do programa modelar não será possível o investimento.

1.4.2. Projetos Futuros

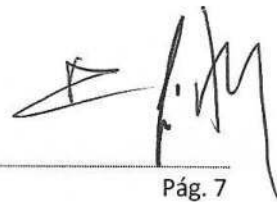
Após a estabilização do funcionamento da UCCI Milreu pretendemos estudar e desenvolver diversos projetos. Serão constituídas equipas de trabalho para estudar os seguintes projetos:

- Serviço de Apoio Domiciliário;
- Extensão dos serviços médicos da UCCI à comunidade de Estoi;
- Refeitório Social;
- Serviços de formação profissional nas áreas da saúde e educação.

1.5. Investimentos e Manutenção de Imóveis

Continuamos a investir na manutenção e reparação de todos os imóveis, quer sejam nossos ou cedidos pelos Fundadores, respeitando e dando cumprimento a todas as exigências legais, tendo como objetivo a melhoria constante das condições de todos os colaboradores e utentes da instituição.

Tendo em consideração as diversas valências e imóveis foi recrutado um técnico, a tempo inteiro, para a manutenção e reparação das nossas valências. Foi adquirida uma viatura para este funcionário.



Pretendemos efetuar as seguintes aquisições e/ou melhoramentos nas valências:

- Renovação do equipamento do espaço exterior da creche em Faro;
- Renovação do equipamento do espaço exterior da creche e jardim-de-infância de olhão;
- Aquisição de material didático para todas as valências.

1.6. Atividades Culturais

Pretendemos dar a conhecer à comunidade todo o trabalho realizado pelas nossas crianças e diversos colaboradores em todas as vertentes culturais.

Em interação com algumas entidades dos concelhos onde estamos inseridos, iremos continuar a contribuir de uma forma ativa para a promoção das artes em todas as vertentes da expressão artística promovendo encontros, apresentações, debates, workshops, exposições.

As atividades promovidas irão ter também uma vertente formativa que será direcionada, numa primeira fase, para as famílias e profissionais da educação. Posteriormente poder-se-á abrir a grupos específicos e comunidade em geral.

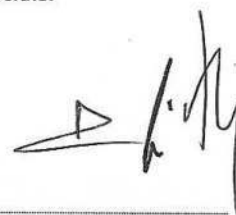
Em 2016 pretendemos promover, para além dos eventos regulares, o seguinte:

- Organização da 2.ª conferência de educação em parceria com a Universidade do Algarve;
- Organização do dia da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social;
- Organização da 1.ª caminhada da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social;
- Organização de diversos *workshops*;
- Dinamização do Grupo de Teatro da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social.

1.7. Marketing

Tendo como objetivo estratégico dar maior visibilidade à instituição, no nosso plano de marketing, a política de comunicação ocupa uma elevada importância. Continuamos a trabalhar com o intuito de aumentar o reconhecimento e notoriedade da FADS junto da comunidade.

Após o lançamento do *site* e da página no *facebook* vamos continuar a dinamizar estas ferramentas com o objetivo de obtenção de apoios necessários ao funcionamento da instituição. Pretendemos organizar e marcar presença num conjunto de eventos que possibilitem dar notoriedade e melhorar a imagem externa de todos os equipamentos sociais.



Tal como em anos anteriores será realizada a avaliação da satisfação dos utentes de todas as valências.

Pretendemos antecipar o processo de admissões do ano letivo 2016/2017 para o início de 2016. Iremos recorrer a diversas ferramentas de comunicação tais como: flyers, cartazes, mailing e outdoors.

1.8. Fornecedores

Continuamos a fazer um estudo comparativo entre os preços praticados pelos nossos fornecedores e os praticados no mercado, com o objetivo de encontrar as melhores condições possíveis e uma otimização/redução de gastos. Com esta política tem sido possível efetuar economias de escala mantendo a qualidade da nossa oferta.

Durante o próximo ano vamos continuar a procurar uma redução de gastos tentando negociar/estudar o seguinte:

- *Outsourcing* das cozinhas de todas as valências (sem junção de cozinhas);
- *Outsourcing* das cozinhas de todas as valências (com junção de cozinhas no centro infantil do Montenegro);
- Centralização dos serviços de lavandaria e engomadoria na UCCI Milreu;
- Contrato de telecomunicações fixas e móveis;
- Negociação de *rappel* com fornecedores de medicamentos e consumíveis médicos;
- Renegociação de carteira de seguros;
- Renegociação com fornecedores de produtos de limpeza e outros consumíveis.

1.9. Recursos Humanos

O trabalho é feito pelas pessoas, as quais, para se motivarem, precisam de estar enquadradas na razão de ser da instituição, nos seus princípios e nos seus valores. A promoção dos nossos recursos humanos continua a ser um dos nossos principais objetivos.

Na senda da evolução das transformações organizacionais que têm vindo a ser implementadas, o ano de 2016 constituirá mais um passo de maturação e consolidação do esforço de centralização de serviços, e conseqüente uniformização de procedimentos, em ordem à obtenção de maior eficiência com conseqüentes ganhos de produtividade, assim como a sedimentação de mecanismos organizacionais plasmados nos Regulamentos Internos institucionais.

Em obediência a estes princípios devemos procurar desenvolver os colaboradores da Instituição, reconvertendo-os ou dando-lhes formação, para adquirirem as competências que se antevejam como necessárias.



Nas políticas de pessoal ou naquelas que afetam as pessoas existem objetivos que se constituem como permanentes, a saber:

- Detecção de potenciais redundâncias e avaliar as possibilidades de reconversão ou dispensa;
- Definir as necessidades de formação;
- Avaliar o impacto de novas tecnologias;
- Avaliar o impacto de formas diferentes de organização do trabalho, designadamente a polivalência;
- Implementação do *outsourcing* em certas áreas.

Nesta conformidade, e para a prossecução dos princípios acima enunciados, continuaremos a praticar ações consideradas estruturais neste domínio como:

- A implementação de um sistema de avaliação de desempenho;
- A elaboração de Plano de Formação;
- A certificação enquanto entidade formadora;
- O incremento da formação interna;
- A formalização e gestão dos apoios à contratação (Estágios Emprego, Reembolso TSU, Estímulo Emprego, etc.);
- O aprofundamento do processo de centralização dos vários serviços de Recursos Humanos;
- A revisão e uniformização dos procedimentos organizacionais.

Relativamente às medidas de apoio à contratação, com reflexo no orçamento de 2016 existem protocolados 10 contratos estágio emprego e 9 contratos de trabalho Medida Estímulo Emprego.

A FADS mantém o seu interesse pelas comunidades, através do apoio dado aos jovens. Neste caso, continuaremos a aceitar diversos estágios dos alunos da Escola Superior de Educação e Comunicação e da Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve, da Escola Superior de Saúde do Instituto Jean Piaget de Silves e de outras instituições.

1.10. Área Financeira, Administrativa e Sistemas de Informação

Durante o ano de 2016 pretendemos centralizar o Departamento Financeiro na sede da FADS e reformular todo o sistema de informação aplicado à gestão. Foi adjudicado o serviço de execução de um novo *software* de gestão desenvolvido à medida das nossas necessidades, que possibilita informatizar o maior número possível de tarefas. O desenvolvimento dos sistemas de informação irá permitir, neste domínio, melhorar a capacidade de interagir com os restantes departamentos permitindo uma atuação em tempo útil no desencadeamento de medidas de controlo.



Pretendemos implementar o modelo de auditoria interna em toda a instituição de forma a melhorar o controlo orçamental e a sua execução.

Continuarão a ser promovidas as seguintes reuniões mensais:

- Conselho de Administração;
- Comissão executiva;
- Conselho diretivo da UCCI;
- Coordenadores de valência;
- Departamento administrativo e financeiro.


Um dos grandes objetivos para o próximo ano é a renegociação de todo o passivo bancário, especialmente junto do Novo Banco. Já foram realizadas diversas reuniões com as respetivas instituições financeiras no intuito de melhorar as condições comerciais dos financiamentos.

Faro, 9 de Novembro de 2015

A Administração


(Luís Coelho)


(Nuno Carrilho)


(Fernando Marques)

2. Orçamento para o exercício de 2016

2.1. Princípios Orientadores

Nos tempos atuais seria impensável qualquer organização enfrentar os desafios futuros sem os preparar antecipadamente através da construção de orçamentos como ferramenta indispensável para planear o futuro económico e financeiro das organizações.

O orçamento foi preparado com base nos pressupostos e previsões abaixo desenvolvidos, tendo presente o Plano de Atividades.

Na extensão em que dependem da informação histórica do exercício de 2015, as previsões relativas ao orçamento corrente foram suportadas nas estimativas efetuadas para este exercício, a partir da informação já conhecida.

Paralelamente, foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental, sem que tal tenha condicionado os valores apresentados.

O orçamento é apresentado tendo em conta o novo regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) aprovado pelo DL n.º 36-A/2011 de 9 de Março.

2.2. Pressupostos

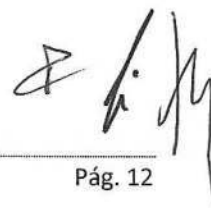
2.1.1. Rendimentos

a) Prestações de Serviços

Educação

Esta rubrica considera as matrículas e mensalidades de utentes. O valor previsto até agosto de 2016 é baseado nas mensalidades reais para o ano letivo 2015/2016. De setembro a dezembro de 2016 considera-se valores e ocupação iguais ao ano letivo anterior. No ATL foi considerado o funcionamento em regime de extensões de horário e interrupções letivas sem almoço.

A partir de Setembro de 2016 consideramos o início da exploração da 3.ª sala do jardim-de-infância do Montenegro, com uma lotação de 25 utentes e uma mensalidade média igual ao valor médio do respetivo equipamento social em 2015/2016.



Saúde

Esta rubrica considera os encargos com apoio social suportados pelos utentes da UCCI Milreu (parte não financiada pela Segurança Social). Considerou-se uma ocupação de 100% e um crescimento de 0% nos preços dos cuidados de saúde e de apoio social prestados nas unidades de internamento e ambulatório da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

b) Subsídios, doações e legados à exploração

Educação

Esta rubrica considera as comparticipações e subsídios à exploração do centro regional de segurança social estipulados nos contratos de comparticipação financeira. Considerou-se um aumento médio de 0.6%, igual ao verificado entre 2011 e 2015 e uma ocupação igual ao ano letivo anterior.

No ATL foi considerado o funcionamento em regime de extensões de horário e interrupções letivas sem almoço.

Inclui ainda uma compensação anual do diferencial mensal ao abrigo do programa de expansão e desenvolvimento da educação pré-escolar. Por prudência, considerou-se um valor igual ao ano anterior.

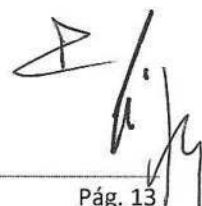
Saúde

Esta rubrica considera as comparticipações do estado calculadas com base na Portaria n.º 220/2011 de 1 de Junho. Esta portaria fixa os preços dos cuidados de saúde e de apoio social prestados nas unidades de internamento e ambulatório da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI).

Atualmente, o valor diário a receber por utente, previsto na portaria é o seguinte:

<i>Tabela de Preços RNCCI</i>	<i>Valores</i>
Encargos com os cuidados de saúde	18.61
Encargos com medicamentos	10.00
Encargos com os cuidados de apoio social	30.34
Encargos com utilização de Fraldas	1.24
Valor diário a receber por utente	60.19

Tabela n.º 4 – Preços dos cuidados de saúde



Considerou-se uma ocupação de 100% e um crescimento de 0% nos preços dos cuidados de saúde e de apoio social prestados nas unidades de internamento e ambulatório da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

2.1.2. Gastos

a) Consumo de Géneros Alimentares

Esta rubrica considera todo o consumo de géneros alimentares necessários às refeições dos utentes de todos os equipamentos sociais.

Os valores são orçamentados com base nos valores fixos de fornecimento diário por utente, acordados com a empresa Uniself. O contrato foi renegociado em Novembro de 2015 representando uma poupança de 9.2% na Educação e 17.4% na saúde e os valores serão constantes até do fim de 2016.

b) Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica considera todos os fornecimentos e serviços externos. O orçamento é feito com base na experiência passada da instituição.

A esmagadora maioria dos gastos dizem respeito a consumos de eletricidade, água, gás, comunicação e limpeza. Consideram-se os ajustamentos inerentes ao reforço ou diminuição da atividade e do exercício das várias competências técnicas e administrativas.

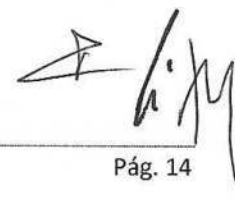
c) Gastos com Pessoal

A previsão dos gastos com o pessoal é feita com base nos níveis salariais previstos nos contratos coletivos de trabalho que se aplicam às áreas de atividade desenvolvidas. Considerou-se uma taxa de crescimento anual de 0%.

Considerou-se o aumento obrigatório de 0.4% na taxa de segurança social da entidade empregadora. As taxas de segurança social e caixa geral de aposentações consideradas foram:

	Segurança Social Ent. Empregadora	Segurança Social Trabalhador	CGA Ent. Empregadora	CGA Trabalhador	Total
Trabalhadores das IPSS	22.0%	11%	---	---	33.0%
Educadores	7.8%	---	15%	11%	33.8%

Tabela n.º 5 - Taxas de segurança social e caixa geral de aposentações



Relativamente às medidas de apoio à contratação, com reflexo no orçamento de 2016 existem protocolados 10 contratos estágio emprego e 9 contratos de trabalho Medida Estímulo Emprego.

d) Depreciações

Nesta rubrica considera-se as depreciações calculadas de acordo com a legislação em vigor.

Estão calculadas depreciações para os seguintes ativos fixos tangíveis:

- Edifícios e outras construções
- Equipamento Básico
- Ferramentas e Utensílios
- Equipamento Administrativo

e) Gastos Financeiros

Esta rubrica considera todos os gastos financeiros necessários ao financiamento dos investimentos efetuados ou a efetuar pela FADS.

De momento existem os seguintes financiamentos a decorrer:

Financiamento	Montante em Dívida
Caixa Leasing e Factoring - Centro Infantil de Olhão	306 663.13
Montepio Geral - Creche e Jardim Infância Faro	400 000.00
Novo Banco - Creche Montenegro	419 230.89
Caixa Leasing e Factoring - Equipamento Montenegro	23 529.00
Novo Banco - UCCI Estoí	2 481 951.38
Novo Banco - UCCI Estoí - Equipamento	171 116.89
Novo Banco - Express Bill	190 000.00
Total	3 992 491.29

Tabela n.º 6 – Financiamentos



2.3. Demonstração dos Resultados Previsional para 2016

Rubrica	Total
Prestações de Serviços	1 011 339.80
Variação nos Inventários da produção	0.00
Trabalhos para a Própria Entidade	0.00
Subsídios, doações e legados à exploração	1 687 947.99
Reversões	0.00
Ganhos por aumentos de Justo Valor	0.00
Outros rendimentos e ganhos	54 924.70
Juos, dividendos e outros rendimentos similares	0.00
Total de Rendimentos	2 754 212.49
Custo Merc. vendidas e matérias consumidas	321 436.95
Fornecimentos e Serviços Externos	452 677.30
Gastos com Pessoal	1 570 245.80
Gastos de Depreciação e de Amortização	190 649.76
Perdas por imparidade	0.00
Perdas por redução de justo valor	0.00
Provisões do período	0.00
Outros Gastos e Perdas	3 356.74
Gastos e Perdas de Financiamento	155 373.20
Total de Gastos	2 693 739.76
Resultado líquido do exercício	60 472.74



3. Parecer do Conselho Fiscal

Para cumprimento dos estatutos e demais legislação aplicável, vem o Conselho Fiscal, apresentar o seu parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento referente ao exercício de 2016.

O Plano de Atividades descreve sumariamente a atividade a desenvolver pela Fundação Algarvia durante o ano 2016 e ajuda a interpretar o Orçamento, na medida em que evidencia os factos mais relevantes e os fatores que para eles irão contribuir.

O Orçamento espelha fielmente o resultado económico do Plano de Atividades a executar durante o ano 2016.

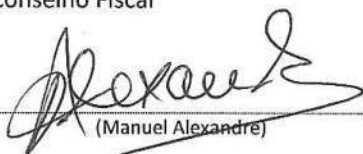
Em resumo, o Conselho Fiscal é da opinião que o Plano de Atividades e Orçamento referente ao exercício de 2016 satisfaz as disposições legais e estatutárias.

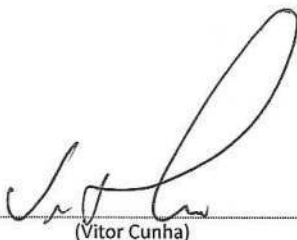
Consequentemente, propõe:

- Que aproveis o Plano de Atividades e Orçamento referente ao exercício de 2016

Faro, 17 de novembro de 2015

O Conselho Fiscal


(Manuel Alexandre)


(Vitor Cunha)